

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.

Informações Financeiras Intermediárias Condensadas
Em 30 de Setembro de 2022
com Relatório dos Auditores Independentes



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A

Informações Financeiras Intermediárias Condensadas

30 de Setembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias condensadas3

Informações financeiras intermediárias condensadas

Balanços patrimoniais.....6

Demonstrações do resultado.....8

Demonstrações do resultado abrangente9

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido10

Demonstrações dos fluxos de caixa.....11

Demonstrações do valor adicionado12

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias condensadas13

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras intermediárias condensadas

Aos
Acionistas e Administradores das
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias condensadas das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (“Companhia” ou “CEASAMINAS”), que compreendem o balanço patrimonial condensado em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte “Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias condensadas”, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão das informações financeiras intermediárias condensadas consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias condensadas

Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 10, a Companhia constituiu provisão para perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), cujos os valores residuais não representavam com fidedignidade a recuperabilidade destes ativos. Adicionalmente, em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação de empresa especializada em gestão de imobilizado com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisarão serem baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre o valor registrado contabilmente da provisão para perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), bem como dos possíveis impactos referentes ao resultado do trabalho da empresa especializada em gestão de imobilizado até sua conclusão.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias condensadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos mencionados na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias condensadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias condensadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34.

Ênfases

1. Programa nacional de desestatização – PND

Conforme mencionado na nota explicativa 23.a, a Companhia está incluída no Programa Nacional de Desestatização, com vista à sua privatização.

Chamamos a atenção para o fato que quaisquer decisões do governo federal, sobre a desestatização da Companhia, poderão vir a causar modificações de forma significativa nas informações financeiras intermediárias condensadas da mesma.

2. Cobertura de seguros

Conforme nota explicativa 22, a Companhia possui apólices de seguros para responsabilidade cível e ações trabalhistas. Chamamos a atenção que a Companhia não possui cobertura de seguro para os ativos imobilizados mencionados na nota explicativa 10, os quais estão com os saldos zerados devido a constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

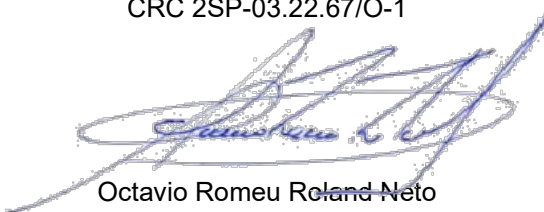
Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34 e cuja a apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias condensadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2022.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1



Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC- 1MG080487/O-4

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
 Balanços patrimoniais condensados
 Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais)



Ativo	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	39.802	27.640
Contas a receber de clientes	7	14.365	15.287
Estoques		180	184
Adiantamentos		876	197
Tributos a recuperar		57	72
Outros ativos circulantes	8	4.544	2.774
		59.824	46.154
Não circulante			
Caixa restrito	9	7.233	6.551
Depósitos judiciais	15.4	12.493	7.964
Instrumentos financeiros		403	383
Imobilizado	10	1.430	1.430
Intangível		293	316
Outros ativos não circulantes	8	10	10
		21.862	16.654
Total do ativo		81.686	62.808

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
 Balanços patrimoniais condensados
 Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais)



Passivo	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	11	3.361	3.746
Obrigações sociais	12	5.206	3.831
Obrigações tributárias	13	3.554	2.368
Dividendos propostos		1.284	1.284
Outros passivos circulantes	14	5.098	3.600
		18.503	14.829
Não circulante			
Provisão para contingências	15	46.055	39.791
Crédito Estado de Minas Gerais	16	6.305	6.305
Outros passivos não circulantes	14	346	84
		52.706	46.180
Patrimônio líquido			
Capital social	17	26.138	26.138
Prejuízos acumulados		(15.661)	(24.339)
		10.477	1.799
Total do passivo e patrimônio líquido		81.686	62.808

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Demonstração condensada dos resultados

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)



	Nota	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
RECEITA LÍQUIDA	18	15.671	45.790	27.277	40.503
		15.671	45.790	27.277	40.503
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	19	(9.744)	(28.607)	(17.553)	(25.521)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	145	145
Despesas com contingências	15	(2.639)	(6.309)	(4.062)	(5.340)
		(12.383)	(34.916)	(21.470)	(30.716)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		3.288	10.874	5.807	9.787
Despesas financeiras	20	(584)	(801)	(220)	(347)
Receitas financeiras	20	2.492	5.416	1.800	2.307
Resultado financeiro líquido		1.908	4.615	1.580	1.960
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		5.196	15.489	7.387	11.747
(-) Impostos correntes	21	(2.433)	(6.811)	(3.840)	(5.716)
Lucro líquido do período		2.763	8.678	3.547	6.031

As notas explicativas são parte integrantes das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
Demonstração condensada dos resultados abrangentes
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Lucro líquido do período	2.763	8.678	3.547	6.031
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	2.763	8.678	3.547	6.031

As notas explicativas são parte integrantes das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
Demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.138	(6.943)	19.195
Lucro líquido do período	-	6.031	6.031
Saldos em 30 de setembro de 2021	26.138	(912)	25.226
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.138	(24.339)	1.799
Lucro líquido do período	-	8.678	8.678
Saldos em 30 de setembro de 2022	26.138	(15.661)	10.477

As notas explicativas são parte integrantes das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Demonstração condensada dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)



	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	8.678	6.031
Ajustes por:		
Amortização	23	42
Provisão para perda de crédito esperadas	2.053	96
Despesas com contingências	6.309	5.340
Imposto de renda e contribuição social	6.811	5.716
Lucro do período ajustado	<u>23.874</u>	<u>17.225</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(1.131)	(737)
Estoques	4	13
Adiantamentos	(679)	(671)
Tributos a recuperar	15	(3)
Depósitos judiciais	(4.529)	1.014
Outros ativos	(1.770)	(181)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(385)	(175)
Obrigações sociais	1.375	1.556
Obrigações tributárias	2.544	(51)
Pagamento de contingências	(45)	(4.141)
Outros passivos	1.760	3.157
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8.169)	(5.399)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>12.864</u>	<u>11.607</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	-	(79)
Instrumentos financeiros	(20)	127
Caixa restrito	(682)	(744)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(702)</u>	<u>(696)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>12.162</u>	<u>10.911</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.640	16.594
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>39.802</u>	<u>27.505</u>
	<u>12.162</u>	<u>10.911</u>

As notas explicativas são parte integrantes das informações financeiras intermediárias condensadas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Demonstrações condensada do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)



	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
RECEITAS	47.495	43.729
Serviços e concessionários de uso	49.548	43.680
Outras receitas	-	145
Provisão para perdas esperadas	(2.053)	(96)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(15.962)	(14.023)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(15.161)	(13.676)
Despesas financeiras	(801)	(347)
VALOR ADICIONADO BRUTO	31.533	29.706
AMORTIZAÇÃO	(23)	(42)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	31.510	29.664
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	5.416	2.307
Receitas financeiras	5.416	2.307
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	36.926	31.971
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	36.926	31.971
Pessoal	17.679	17.047
Remuneração direta	11.209	11.146
Benefícios	5.570	4.984
FGTS	900	917
Impostos taxas e contribuições	10.569	8.893
Federais	10.512	8.848
Municipais	57	45
Remuneração de Capitais Próprios	8.678	6.031
Lucro líquido do período	8.678	6.031

As notas explicativas são parte integrantes das informações financeiras intermediárias condensadas.

1. Contexto operacional

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – (“CEASAMINAS” ou “Companhia”), sociedade de economia mista constituída sob a forma de capital fechado é uma sociedade por ações regida pelo estatuto, especialmente, pela Lei de criação Estadual nº 5.577, de 20 de outubro 1.970, pelas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis.

Sob controle acionário da União Federal, a Companhia tem como compromisso estatutário, entre outros, executar, por meio da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, a política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, visando orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As informações financeiras da Companhia consolidam o movimento financeiro dos entrepostos localizados nos municípios de Barbacena/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Governador Valadares/MG, Juiz de Fora/MG, Caratinga/MG e Contagem/MG.

Além disso, consolidam a política Estadual de Desenvolvimento Agrícola estabelecida por meio da Lei nº 11.405/1994 do Estado de Minas Gerais, especialmente às determinações contidas na Seção XI, artigos 51 a 58, constando que o poder público deverá promover o abastecimento interno e implantar programa em relação aos mercados livres de produtores junto às Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A.

Cabe salientar, que a Lei nº. 12.422/1996 do Estado de Minas Gerais autorizou ao respectivo Poder Executivo alienar sua participação acionária na CEASAMINAS para a União Federal à exceção do domínio e da posse relativa aos bens necessários à preservação do Mercado Livre do Produtor e a coordenação e controle da política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, conforme estatuído no parágrafo único do artigo 2º.

Neste contexto, o Decreto nº. 40.963/2000 do Estado de Minas Gerais, regulamentador da citada Lei nº. 12.422/1996, discriminou os bens que o Estado de Minas Gerais manteria sob seu domínio e posse localizados no interior dos entrepostos da CESAMINAS.

Para tanto, o Estado de Minas Gerais e a Companhia firmaram Termo de Cooperação objetivando garantir o funcionamento pleno das unidades dos Mercados Livres dos Produtores - MLPs, por meio da delegação da gestão administrativa, financeira, contábil e técnico-operacional dos espaços à CEASAMINAS, logo, os Mercados Livres dos Produtores - MLPs são indispensáveis à política de abastecimento do Estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias condensadas

As informações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias condensadas.

As informações financeiras intermediárias condensadas da Companhia, aprovadas pela respectiva Diretoria Executiva em 29 de dezembro de 2022, foram elaboradas no curso normal de negócios, não sendo identificada, pela Administração da Companhia, nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade financeira, operacional e a continuidade de suas atividades nos próximos 12 meses.

A Companhia apresenta suas informações financeiras condensadas em 30 de setembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em consonância às diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente o CPC 21 - Demonstração Intermediária, e a respectiva IAS 34 - Relatórios Financeiros Intermediários com a opção de apresentar as Informações financeiras intermediárias condensadas, emitido pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.1 Moeda funcional

Estas informações financeiras intermediárias condensadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das Informações financeiras intermediárias condensadas, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

Para o exercício findo em 30 de setembro de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022, as respectivas alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração quando aplicáveis a Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras no que tange a sua aplicação:

Pronunciamento	Alteração
CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Arrendamentos (Leases)	Reforma da taxa de juros de referência que permite substituir a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente
CPC 11/ IFRS 04 - Contratos de Seguros (Insurance Contracts)	
CPC 40/ IFRS 07 - Instrumentos Financeiros (Financial Instruments: Disclosures)	
CPC 48/ IFRS 09 - Instrumentos Financeiros (Financial Instruments)	

Outrossim, o IASB (*International Accounting Standards*) tem estudado possíveis mudanças a emissão de novos pronunciamentos, bem como revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente a partir de 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo eles:

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)



Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Sem definição
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2023

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias condensadas em períodos futuros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes estava assim demonstrado nos respectivos períodos:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	10	11
Bancos conta movimento	169	406
Aplicações financeiras (i)	39.623	27.223
	<u>39.802</u>	<u>27.640</u>

i) Em 30 de setembro de 2022, as aplicações financeiras são remuneradas pelas taxas médias entre 79,34% a 99% (56% a 100% em 31 dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). São aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com vencimentos originais de até 90 dias.

7. Contas a receber de clientes

a) Composição

O saldo das contas a receber da Companhia pode ser assim demonstrado:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a receber de clientes	24.453	22.397
Acordos com clientes (i)	2.890	3.815
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(12.978)	(10.925)
	<u>14.365</u>	<u>15.287</u>

(i) Os acordos com clientes referem-se a inadimplentes que repactuam seus débitos junto à Companhia sobre títulos vencidos em um prazo de até 06 parcelas mensais. A variação dos períodos ocorre em função da repactuação dos montantes junto a estes e outros inadimplentes.

b) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

O quadro abaixo apresenta a movimentação ocorrida nos respectivos períodos:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(10.925)	(10.359)
(+) Constituição	(2.250)	(1.661)
(-) Reversão	197	1.095
Saldo final	(12.978)	(10.925)

8. Outros ativos circulantes e não circulantes

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado RDC – Recuperação Despesa Comuns (a)	2.465	2.043
Vale-transporte e alimentação	221	385
Vina Equipamentos e Construções Ltda. (b)	234	235
Outros ativos	1.634	121
	4.554	2.784
Circulante	4.544	2.774
Não circulante	10	10

- a) A Companhia firma contratos de concessão de uso mediante prévio processo licitatório (anteriormente embasado na lei 8.666/93 e atualmente pela Lei 13.303/16), onde concede espaço físico imobiliário por um prazo de 20 a 25 anos com os usuários dos entrepostos sobre seu controle. Os aludidos contatos preveem tarifa de uso para utilização dos espaços concedidos calculada conforme o m² (metro quadrado) disponibilizado.

Os contratos de concessão de uso prevêm uma segunda tarifa denominada “Rateio de Despesas Comuns. – RDC”, cujo objetivo é custear as despesas de manutenção do espaço físico dos entrepostos utilizadas por todos os concessionários e abaixo discriminadas.

- Iluminação Pública de uso comum;
- Manutenção em Edificações;
- Manutenção em instalações (rede fluvial, rede elétrica, arruamento, jardinagem e trânsito de veículos);
- Água e esgoto,
- Pessoal próprio e terceirizado.

- b) Refere-se a serviços que serão absorvidos pelo “Rateio de Despesas Comuns RDC”.

9. Caixa restrito (aplicação financeira)

Em 19 de dezembro de 2020, foi efetuado seguro garantia judicial para execução trabalhista no processo nº. 0010346-49.2016.5.03.0031 mantido pelo Sindicato dos Advogados de Minas Gerais em ação judicial dos advogados funcionários da Ceasaminas, pleiteando redução de jornada de trabalho.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui aplicação financeira em CDB junto ao Banco Bradesco nos seguintes montantes:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco Bradesco S/A.	7.233	6.551
	7.233	6.551

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)



Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia sofreu um bloqueio judicial em suas contas correntes em função do respectivo processo nº. 0010346-49.2016.5.03.

10. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia para o período de apresentação estava assim representado:

	Terrenos	Edificações	Instalações	Bens Estado de Minas Gerais	Outros ativos (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2020	1.430	-	-	-	-	1.430
Em 30 de setembro de 2021	1.430	-	-	-	-	1.430
Em 31 de dezembro de 2021	1.430	-	-	-	-	1.430
Em 30 de setembro de 2022	1.430	-	-	-	-	1.430

(*) Refere-se a urbanizações, máquinas e equipamentos, máquinas de escritório, móveis e utensílios, aparelhos de telecomunicações, aparelhos de informática e imobilizados em andamento.

A Companhia ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m², às margens da BR 040 KM 688, no município de Contagem/MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação.

Em 22 de janeiro de 2021, foi lavrada escritura pública em cartório de Contagem/MG, onde o Estado de Minas Gerais, transfere o terreno por direito real de propriedade à CEASAMINAS o imóvel onde se encontra instalado o entreposto. O terreno foi registrado contabilmente pelo valor de R\$ 1,00 cada matrícula.

Adicionalmente, em 2019 a Companhia constituiu para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) o montante total de R\$ 26.050 relacionados a itens do ativo imobilizado em 01 de janeiro de 2020, R\$ 1.194 em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 1.438 em 31 de dezembro de 2021, cujos valores residuais não representavam com fidedignidade a realidade da recuperabilidade destes ativos anteriormente publicado.

Em outubro de 2022, a Companhia efetuou a contratação da empresa especializada em gestão de imobilizado Avance Ativo Imobilizado Ltda., com o objetivo de efetuar o levantamento de todo seu ativo imobilizado mediante inventário físico, bem como a respectiva vida útil remanescente destes ativos, a correta taxa de depreciação, como também a respectiva classificação contábil, e os itens que precisarão serem baixados seja pela inexistência e/ou sucateamento dos mesmos, cuja data de conclusão dos trabalhos estima-se para fevereiro de 2023.

Neste contexto, itens nos quais foram provisionados como redução ao valor recuperável (*impairment*), poderão retornar, com os corretos dados necessários para validação da geração de benefícios econômicos destes respectivos ativos.

11. Fornecedores

Os saldos relativos a conta fornecedores estão apresentados pelos mais relevantes da Companhia. Todos mantendo contratos em consonância aos ditames das Leis 8.666/93 e Lei 13.303/16, para fornecimento de material e prestação de serviços, são eles:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cemig Geração e Transmissão S.A.	1.023	1.173
Prefeitura Municipal de Contagem	63	113
Construtora Terrayama Ltda.	100	329
Sodexo Pass do Brasil Serviços Comércio	-	170
Transimão Transp. Urbanos e Turismo Ltda.	-	196
Vina Equipamentos e Construções Ltda.	278	352
Segex Segurança Privada Eireli.	280	260
Agile Empreendimentos e Serv. Eireli.	-	304
Saneape Soluções Ambientais EIRELI	316	-
Conservo Recursos Humanos Ltda.	388	-
Fornecedores diversos	913	849
	<u>3.361</u>	<u>3.746</u>

12. Obrigações sociais

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de férias	2.033	1.972
Provisão de décimo terceiro	1.016	-
Participação de empregados - PLR (a)	143	143
Participação de administradores - PLR (a)	77	77
INSS a pagar	760	773
FGTS a pagar	114	162
INSS sobre férias	493	479
FGTS sobre férias	172	168
Outras obrigações sociais	398	57
	<u>5.206</u>	<u>3.831</u>

- (a) As participações dos empregados no “Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR” e a “Remuneração Variável dos Administradores – RVA” são previamente aprovadas pelo seu Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, órgão do Ministério da Economia.

A “Participação nos Lucros e Resultados – PLR” é calculada em 6% do resultado do exercício e não poderá ultrapassar 25% dos dividendos propostos, com base em índice e metas predefinidas; a “Remuneração Variável dos Administradores – RVA” estabelece às condições para que a diretoria executiva da estatal participe dos resultados da Companhia.

13. Obrigações tributárias

O saldo referente as obrigações tributárias podem ser assim apresentadas:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ISSQN a recolher	116	155
COFINS a recolher	344	276
PIS a recolher	73	59
IRRF a recolher	113	258
IRPJ e CSLL a pagar	2.356	998
PIS/COFINS/CSSL sobre terceiros	552	619
Outras obrigações tributárias	-	3
	<u>3.554</u>	<u>2.368</u>

14. Outros passivos circulantes e não circulantes

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Crédito de usuários (a)	681	398
Assoc. Comerciantes Uberlândia ACCU	154	127
Convênio Polícia Militar de Minas Gerais/CEASA-MG	122	223
CONAB - Cia Nacional de Abastecimento (b)	575	575
Conta Gráfica Recuperação de Despesas Comuns - RDC (c)	1.924	513
Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das Ceasas do Estado de Minas Gerais	115	110
ACCEASA	433	438
Conta Gráfica Recuperação de Despesas Comuns- RDC Juiz de Fora (c)	400	420
Outras contas a pagar	1.040	880
	<u>5.444</u>	<u>3.684</u>
Circulante	5.098	3.600
Não circulante	346	84

- (a) Os créditos de terceiros referem-se ao reconhecimento de obrigações para com terceiros.
- (b) As obrigações mencionadas nas demonstrações financeiras se referem à antiga dívida contraída junto à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para construções de edificações mediante o Termo de Acordo nº 08/2009 e do Contrato de Concessão de Uso nº LIC/CCU/JP 004-10.
- (c) Referem-se a valores retidos dos concessionários e/ou permissionários relativos ao saldo da Conta Gráfica do Rateio das Despesas Comuns - RDC recebidos a maior em períodos anteriores.

15. Depósitos judiciais e provisão para contingências

15.1 Composição e movimentação

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A movimentação das provisões esta demonstrada abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias e outras	Total
Em 31 de dezembro de 2020	743	7.623	890	9.256
Constituição	107	5.233	-	5.340
Pagamentos	-	(4.141)	-	(4.141)
Em 30 de setembro de 2021	850	8.715	890	10.455
Em 31 de dezembro de 2021	3.773	18.633	17.385	39.791
Constituição	-	6.309	-	6.309
Pagamentos	-	(45)	-	(45)
Em 30 de setembro de 2022	3.773	24.897	17.385	46.055

Contingências Prováveis

a) Tributárias e outras

INSS - A Companhia foi autuada administrativamente pela fiscalização do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS para recolhimento de contribuições previdenciárias que foram anteriormente (período de 09 a 12/2009 e 13/2009) objeto de compensação tributária sobre encargos sociais referentes a (i) férias mais 1/3 constitucional, (ii) salário-maternidade e (iii) indenização relativa aos primeiros quinze dias de afastamento por auxílio-doença ou acidente de trabalho. Essa autuação ensejou defesa da Companhia junto ao Poder Judiciário ainda pendente de solução definitiva, o montante provisionado nesta esfera perfaz o valor de R\$ 890 até 30 de setembro de 2021.

Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda. ("Via Magna") - A Ceasaminas celebrou contrato administrativo de concessão de uso LIC/CCU/AE001-14 firmado em 14 de abril de 2014, com a empresa Via Magna, cujo objetivo consistiu na concessão de uso de uma área de 551.724 m², então destinada à construção e exploração de um complexo de atividades varejistas ou atacadistas por um período de 60 anos. Que foi embargado pelos órgãos reguladores, prazo de concessão inválido. Em 19 de novembro de 2014, havia recebido a título da concessão o valor de R\$ 7.008. Em 3 de agosto de 2017, a Ceasaminas decidiu rescindir unilateralmente o contrato de concessão.

A demanda judicial de interesse da Companhia, representada pela Ação Ordinária de Cobrança movida por Via Magna, Processo nº 5009223-11.2020.8.13.0079, que tramitava perante o Juízo da 1ª. Vara Cível da Comarca de Contagem – MG já se findou, com decisão judicial transitada em julgado favorável à CEASAMINAS, proferida em 10 de dezembro de 2020, na qual o d. Juízo julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 485, VII, do CPC, com o acolhimento da preliminar de existência de convenção de arbitragem alegada na contestação.

Neste contexto, o referido processo encontra-se na câmara arbitral sob o nº. 329, sendo este o principal valor que compõe o grupo.

b) Trabalhistas

A Companhia é parte passiva em demandas judiciais ajuizadas por empregados próprios ou de prestadores de serviços (terceirizados) relacionadas com a atividade laboral, plano de cargos e salários, acordos coletivos de trabalho e indenizações.

c) Cíveis

As contingências cíveis estão relacionadas com as operações, produtos e serviços ofertados pela Companhia e que ensejam demandas judiciais (geralmente de conteúdo indenizatório, patrimonial ou moral).

15.2 Contingências possíveis (não provisionadas)

Existem ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. Com base nos relatórios emitidos pelos seus consultores jurídicos, tais ações são estimadas em possíveis perdas para a Companhia, são elas:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cível	61.811	61.811
Trabalhista	6.642	16.488
Tributárias e outras	5.501	5.501
	<u>73.954</u>	<u>83.800</u>

Logo abaixo estão listadas as ações mais relevantes em que a Companhia figura como Ré, com um possível desfecho negativo:

a) Cível - Processo n. 4577547-33.2008.8.13.0079 em trâmite na 1ª Instância da Comarca de Contagem/MG; Trata-se de demanda judicial onde a seguradora de concessionários alega ter pagado o sinistro a algumas empresas em razão do incêndio do Pavilhão 6 do entreposto de Contagem/MG da Companhia em outubro de 2006. A seguradora pleiteia o ressarcimento sob a alegação de ter se sub-rogado nos direitos à indenização quitados pela mesma. - Valor da demanda é de R\$ 2.840.

b) Cível – Processo n.º 5004505-73.2017.8.13.0079, em trâmite perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Ação de Indenização de Qualilight Energia Ltda. contra a CEASAMINAS no valor de R\$ 5.248.

c) Cível – Processo n.º 5030495-32.2018.8.13.0079, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Contagem. Tutela Cautelar Antecedente movida por Batuta Produtos Alimentícios Ltda. contra a CEASAMINAS, no valor de R\$ 18.715.

d) Cível MGI – Minas Participações S.A. - Trata-se de uma ação de execução que a MGI Participações S/A move contra a CEASAMINAS (processo nº 0632087-22.1998.8.13.0024) referente a um terreno localizado em Uberlândia com áreas de 49.500 m2 de um total global de 200.135 m2. Em 18 de junho de 1993, o mesmo foi dado em garantia, objeto de garantia hipotecária em uma escritura pública de empréstimo, onde a Companhia é avalista limitada ao valor do terreno no financiamento concedido a Cooperativa dos Produtores de Hortigranjeiros Ltda. de Uberlândia/MG. Em 2022, a Companhia perdeu o referido processo e já efetivou a baixa do ativo.

15.3 Contingência remota (não provisionada) com valores relevantes

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – Ministério Público/MG

Em 05 de março de 2015, foi assinado um Termo de Acordo com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, junto a ACCEASA (Associação Comercial da Ceasa), SINTRAMOV (Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral), Ascar (Associação dos Carregadores e Chapas Autônomos da Ceasa/Contagem), SINDICAR (Sindicato dos Carregadores do Mercado Livre de Produtores e de Hortifrutigranjeiros do Entrepasto da CEASAMINAS em Contagem) e APHCENMG (Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das CEASA do ESTADO de Minas Gerais).

De acordo com o TAC a Companhia compromete-se a não permitir a prestação de serviço de trabalhadores informais não cadastrados, sindicalizados ou não, para o trabalho avulso ou de movimentação de mercadorias, seja junto aos seus concessionários ou para si própria, para que haja imediatamente formalização dos contratos de trabalho dos trabalhadores avulsos e “chapas”, seja pela vinculação direta aos tomadores estabelecidos em seu entreposto comercial, seja pela intermediação da mão de obra, nos moldes da Lei 12.023/09, pelo sindicato representativo dessa categoria profissional, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil por trabalhador exercendo atividade em situação irregular. A fiscalização da atividade irregular de trabalhadores informais não cadastrados no sistema de intermediação sindical, ou sem registro formal do contrato de trabalho, será realizado em conjunto com as entidades envolvidas (ASCAR, SINDICAR, SINTRAMOV, CEASAMINAS, ACCEASA e APHCENMG).

Em 24 de julho de 2018, o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais emitiu notificação a respeito da multa atualizada no montante de R\$ 425.048 conforme laudo pericial, devido as irregularidades no entreposto conforme deliberação da última audiência na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região.

Em 26 de outubro de 2018, através do Despacho no 260129.2018 o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais suspendeu, por ora, a execução da multa. Até a presente data não ocorreram alterações no processo, mantendo suspensa a cobrança de multa.

15.4 Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos em espécie realizados judicialmente para cumprimento das probabilidades de perda em determinados processos judiciais trabalhistas no montante de R\$12.493 em 30 de setembro de 2022 (R\$7.964 em 31 de dezembro de 2021).

16. Crédito Estado de Minas Gerais (Áreas Reservas Lei 12.422/96 –MG)

O Decreto Estadual nº. 40.963 de 22 de março de 2000, que disciplina o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996, autoriza o Poder Executivo de Minas Gerais a reservar áreas destinadas aos Mercados Livres dos Produtores de Minas Gerais.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2013, (i) foi segregado do patrimônio líquido da Companhia o valor referente ao Estado de Minas Gerais, que então, foi transferido para esta rubrica o valor de R\$ 6.305, em contrapartida ao ativo imobilizado registrado naquele período.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)



17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social da Companhia realizado em 30 de setembro de 2022 expressos em reais é de R\$ 26.138 (vinte e seis milhões cento e trinta e oito mil reais) representados por 5.016.339 (cinco milhões, dezesseis mil, trezentos e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, criada na forma da Lei Estadual nº. 5.577 de 20 de outubro de 1970 e da escritura pública lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas da Comarca de Belo Horizonte/MG registrada no Livro nº 585-E, folhas 1 a 12v, das quais, 99,57% pertencem à União Federal e o restante aos acionistas minoritários.

Acionista	Número de ações	Participação %	Valor (R\$)
União Federal	4.994.632	99,57%	26.025
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG	19.152	0,38%	100
Prefeitura Municipal de Caratinga/MG	2.549	0,05%	13
Rondon Pacheco	1	-	-
Alysson Paulinelli	1	-	-
Abílio Machado	1	-	-
Fernando Antônio R. Reis	1	-	-
Luiz Fernando Cirne Lima	1	-	-
Victor de Andrade Brito	1	-	-
	5.016.339	100%	26.138

17.2. Dividendos propostos

Conforme artigo 59 do Estatuto Observadas às disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

I. Absorção de prejuízos acumulados;

II. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

III. No mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Companhia.

Parágrafo único. O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da Lei. A retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)

**18. Receita líquida**

A composição da receita líquida da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
<u>Receitas de serviços</u>				
Tarifa de uso – Boxe (a)	10.060	28.747	16.994	25.312
Receitas dos MLP's (f)	3.746	10.356	5.925	8.791
Tarifa de administração (c)	706	2.024	1.148	1.730
Tarifa de transferência (b)	602	2.065	1.818	2.919
Processos Licitatórios (d)	1.646	5.864	3.249	4.520
Estacionamento (e)	180	492	278	408
	16.940	49.548	29.412	43.680
<u>(-) Deduções da receita</u>				
(-) PIS	(220)	(652)	(372)	(555)
(-) COFINS	(1.028)	(3.049)	(1.733)	(2.577)
(-) ISSQN	(21)	(57)	(30)	(45)
	(1.269)	(3.758)	(2.135)	(3.177)
RECEITA LÍQUIDA	15.671	45.790	27.277	40.503

- a) **Tarifa de Uso – Boxe** - A receita relativa à “tarifa de uso – box” registrou o efeito comparativo dos períodos findos em 2021 e 2020 (com reconhecimento pelo regime de competência da receita, principal fonte de recurso da Companhia), e são originárias dos Contratos de Concessão de Uso em obediência à Lei n. 8.666/93, substituída pela Lei n. 13.303/16. Em maio de 2022 houve uma correção de tarifa na ordem de 8,86% (5,81% em setembro 2021).
- b) **Tarifa de Transferência** – No que tange à “tarifa de transferência” refere-se à receita havida com a transferência, por alteração societária das concessionárias da Companhia (detentoras do direito de uso do espaço concedido), calculadas à razão de 20% do valor avaliado para aludido espaço.
- c) **Tarifa de Administração** - A “Tarifa de Administração” é arrecadada pela Companhia para administração do condomínio.
- d) **Processos Licitatórios** - A receita com “Processos Licitatórios” decorre do valor cobrado para concessão de uso de espaços determinados nos entrepostos da Companhia.
- e) **Estacionamento** - A receita relativa ao “Estacionamento” é constituída pela cobrança para utilização de espaços destinados a estacionamento nos entrepostos da Companhia.
- f) **Receitas dos Mercados Livres do Produtor - MLP's** – Refere-se à permissão de áreas delimitadas nos Mercados Livres do Produtor – MLP's dos entrepostos da Companhia para a exposição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros pelos Produtores Rurais. Outrossim, essas “Receitas dos Mercados Livres do Produtor – MLP's” constituem a principal fonte de receita dos Mercados Livres do Produtor – MLP's existentes na Companhia.

19. Despesas gerais e administrativas

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Gastos com pessoal	(6.005)	(17.679)	(11.560)	(17.047)
Energia elétrica	(49)	(414)	(262)	(281)
Locação	(166)	(480)	(293)	(440)
Serviços contratados de terceiros	(1.250)	(2.975)	(1.207)	(1.716)
Manutenção e limpeza	(391)	(378)	(371)	(515)
Guarda e vigilância	(724)	(1.919)	(1.057)	(1.484)
RDC - Recuperação Despesas Comuns	(514)	(1.344)	(811)	(1.201)
Amortizações e depreciações	(23)	(23)	(42)	(42)
Impostos e taxas	(191)	(318)	(212)	(287)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(327)	(2.250)	(288)	(345)
Outras despesas gerais e administrativas	(104)	(827)	(1.450)	(2.163)
	(9.744)	(28.607)	(17.553)	(25.521)

20. Resultado financeiro líquido

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros e multas ativos	775	1.626	1.224	1.472
Rendimentos de aplicações financeiras	1.458	3.453	472	679
Descontos obtidos	212	221	9	9
Outras receitas financeiras	47	116	95	147
	2.492	5.416	1.800	2.307
<u>(-) Despesas financeiras</u>				
Juros e multas	(547)	(587)	(32)	(46)
Despesas bancárias	(13)	(41)	(24)	(36)
Descontos concedidos	(18)	(131)	(159)	(258)
IOF - Imposto Operação Financeira	(6)	(42)	(5)	(7)
	(584)	(801)	(220)	(347)
RESULTADO FINANCEIRO	1.908	4.615	1.580	1.960

21. Impostos correntes (Imposto de renda e contribuição social)

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social (calculadas pela aplicação das alíquotas vigentes) e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados, respectivamente, em 30 de setembro de 2022 e 2021 estão abaixo demonstrados:

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)



	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Lucro antes do IR e CSLL	15.489	11.747
(+) Adições	6.419	5.340
Provisão para contingências	6.309	5.340
Outras adições	110	-
(-) Exclusões	(1.875)	(275)
Lucro real	20.033	16.812
Imposto de renda e contribuição social (34%)	6.811	5.716
Imposto de renda e contribuição social devidos	6.811	5.716
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.356	2.152

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

A Companhia não reconheceu tributos diferidos ativos em função ausência de histórico e expectativa de lucros tributáveis. O valor acumulado não reconhecido é de R\$ 13.384 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 11.202 em 31 de dezembro de 2021). Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável futuro, a Companhia poderá registrar esse ativo, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

22. Cobertura de seguros (não revisada)

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

<u>Descrição</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Responsabilidade Civil Diretores	10.000
Demanda Trabalhista	6.551
Total	16.551

23. Eventos subsequentes

a) Programa Nacional de Desestatização - PND

Por estar incluída no PND, o BNDES passou a conduzir o processo de contratação de estudos técnicos especializados para aprofundamento das análises a fim de assegurar a adequada continuidade das ações visando a desestatização da Companhia.

Em 11 de novembro de 2022, foi publicado no Diário Oficial da União, o edital com informações sobre as condições de desestatização da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. — Ceasaminas, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)



O leilão estava marcado para o dia 22 de dezembro de 2022, às 13h, na sede da B3, em São Paulo (SP), no entanto, no dia 14 de dezembro de 2022 foi publicado no Diário Oficial da União a suspensão da sessão pública do Leilão do Edital BNDES nº 003/2022 - Ceasaminas - PPI/PND.

A desestatização da Ceasaminas consiste na venda de dois grandes terrenos “greenfield” (sem uso nem projeto) localizados em Contagem (lote 1) e da empresa (lotes 2) ou desses dois ativos em conjunto (lote 3). Ademais, o vencedor que arrematar a empresa assinará contrato de concessão de uso com o estado de Minas Gerais para operar os Mercados Livres do Produtor (MLP) atualmente geridos pela empresa. Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)

b) Caixa restrito

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia sofreu um bloqueio judicial em suas contas correntes em função do respectivo processo nº. 0010346-49.2016.5.03. Tal processo encontra-se em segredo de justiça.

c) Exoneração do Diretor Técnico Operacional

Conforme ata da 303ª reunião ordinária do Conselho de Administração, ocorrida no dia 18 de novembro de 2022, com base no inciso II do Art. 30 do Estatuto Social da Ceasa Minas, o Conselho de Administração da Ceasaminas deliberou pela exoneração do Sr. Ivagner Ferreira Júnior do cargo de Diretor Técnico Operacional, ato contínuo nomeia, interinamente, o Sr. Luciano José de Oliveira.

Contagem, 29 de dezembro de 2022

Administradores:

Luciano José de Oliveira
Diretor Presidente e
Diretor Técnico Operacional - Interino
CPF 261.652.606-91

Luciano Pettersen
Diretor Financeiro
CPF 132.450.036-09

Názio Veloso da Silva
CRC/AM 006457/O-0 T-MG
Contador CPF 357.779.316-34